

# REFLEXÕES ACERCA DA ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM INSTITUIÇÕES DE PROFISSIONALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS.

**Silvia Camila Marchiore Ciocca, Dayane Franciele Crisóstomo, Rosé Colom Toldrá, Maria José Comparini Nogueira de Sá**

Pontifícia Universidade Católica de Campinas/Faculdade de Terapia Ocupacional, Av. John Boyd Dunlop s/nº Campinas SP, e-mail [silviacamila@puccampinas.edu.br](mailto:silviacamila@puccampinas.edu.br)

**Resumo-** Este trabalho é resultado da experiência de iniciação científica desenvolvida por alunos da graduação em Terapia Ocupacional da PUC-Campinas. Trata-se de pesquisa que visa analisar a acessibilidade em instituições de profissionalização no Município de Campinas. Utilizou-se de estudos sobre a legislação nacional, recomendações da ABNT/Norma Brasileira 9050 (2004) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas IBGE (2000). O trabalho de campo envolveu visitas às instituições de profissionalização específicas para atenção de pessoas com deficiência e instituições que incluem esta população em seus programas. Os resultados apontam para contradições entre as exigências contidas nas legislações e nas normas da ABNT/RN 9050 em relação aos dados encontrados na pesquisa de campo, que se traduzem em barreiras arquitetônicas urbanísticas ou ambientais e nas edificações, representando entraves na participação de pessoas com deficiência nos programas de profissionalização existentes no município.

**Palavras-chave:** Acessibilidade, Profissionalização, Pessoa com Deficiência, Terapia Ocupacional.  
**Área do Conhecimento:** IV Ciências da Saúde.

## Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar a acessibilidade e as barreiras arquitetônicas encontradas pelas pessoas com deficiência no acesso as instituições de profissionalização *específicas* para pessoas com deficiência e as *que incluem* esta parcela da população em seus programas em Campinas. O mesmo surgiu da necessidade de conhecer e analisar o cenário da profissionalização no Município.

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT/NR 9050, promover a acessibilidade no ambiente construído é proporcionar condições de mobilidade, com autonomia e segurança, eliminando as barreiras arquitetônicas e urbanísticas nas cidades, edifícios e meios de transporte e comunicação. Isto constitui um direito universal resultante de conquistas sociais importantes, que reforçam o conceito de cidadania.

Dados do IBGE (2000) revelam que 14,5% da população apresentam algum tipo de deficiência. No que se refere ao universo do trabalho, dentre 9 milhões de pessoas com deficiência física em idade de trabalhar, apenas 1 milhão (11,1%) exercem alguma atividade remunerada e 200 mil (2,2%) são empregados com registro em carteira de trabalho. Pastore (2000), Ribas (2004) e Simoneli (2006) buscaram as causas dessa baixa participação no mercado de trabalho e identificaram a inadequação das condições de arquitetura, transporte e comunicação, representando entraves no processo de inclusão de pessoas com deficiência. Segundo Pastore

(2000), grande parte das pessoas com deficiência conseguem trabalhar mediante a remoção de barreiras. Sendo assim, para este autor deficiência passa a ser mais determinada pela ausência de uma arquitetura, do que pela presença de uma limitação pessoal.

Assim, justifica-se a importância de analisar as questões referentes à acessibilidade e as barreiras arquitetônicas a fim de conhecer a realidade das pessoas com deficiência e poder colaborar com informações a fim de minimizar as diferenças e favorecer a inclusão social desta população.

## Metodologia

O estudo teórico baseou-se em diferentes fontes escritas, tais como: legislação nacional, base de dados do Censo IBGE 2000 e Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT/RN9050, (2004).

O trabalho de campo envolveu visita a 12 instituições de profissionalização identificadas a partir de consultas via informações eletrônicas para o levantamento de instituições de profissionalização *específicas* para pessoas com deficiência e as *que incluem* esta parcela da população em seus programas.

A partir dos dados encontrados nas visitas, foram analisadas as informações referentes à: distribuição territorial das instituições, acesso ao transporte coletivo e ao transporte adaptado, circulação externa (características da pavimentação, inclinações do solo e a circulação de carros e pessoas na área externa à instituição).

Considerou-se nesse estudo, de acordo com Norma Brasileira ABNT/NR9050 (2004) como:

- Circulação externa: Espaço coberto ou descoberto, situado fora dos limites de uma edificação, destinado à circulação de pedestres.

- Acessibilidade: Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos.

- Barreira arquitetônica, urbanística ou ambiental: Qualquer elemento natural, instalado ou edificado que impeça a aproximação, transferência ou circulação no espaço, mobiliário ou equipamento urbano.

Considerou-se ainda, neste estudo, de acordo com a Lei nº. 10.098 a classificação das barreiras em:

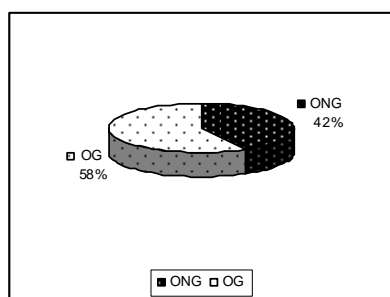
- Barreiras arquitetônicas urbanísticas: Existente nas vias públicas e nos espaços de uso público.

- Barreira arquitetônica na edificação: Existentes no interior dos edifícios públicos e privados.

## Resultados

Para a realização do estudo, entrou-se em contato com 12 instituições que realizam atividades de profissionalização, das quais 2 são específicas para pessoas com deficiência e 10 incluem esta população. Verificou-se que 58% das instituições visitadas são Organizações Governamentais (OG) vinculadas à Prefeitura do Município, enquanto, 42% são Organizações Não Governamentais (ONG), conforme Gráfico 1.

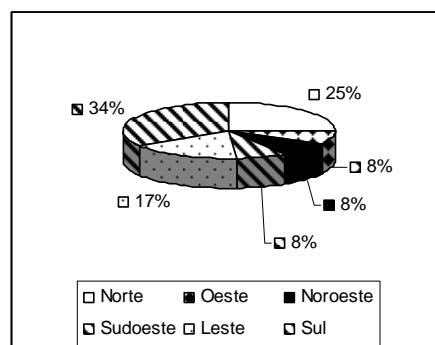
Gráfico 1-Natureza jurídico-legal das instituições de profissionalização.



A partir dos resultados colhidos verificou-se que 34% das instituições estão presentes na Região Sul do Município, 25% compreendem a Região Norte, 17% estão localizadas na Região Leste, e 8% estão localizadas nas regiões Oeste,

Noroeste e Sudoeste do Município de Campinas, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2-Distribuição de instituições de profissionalização por região.



Quanto à localização das instituições verificou-se que os centros abrangem grandes territórios com vários bairros, o que causa dificuldade ao acesso dada à carência de transporte público entre bairros (TOLDRÁ; SÁ, 2007).

Foi encontrada uma alternativa para minimizar a carência de transporte público acessível no município. Trata-se do Programa de Acessibilidade Inclusiva (PAI), que tem como objetivo auxiliar no transporte de pessoas com mobilidade reduzida através de veículos adaptados, que são agendados diariamente. No entanto, sabe-se que o Programa não atende às demandas das pessoas com deficiência.

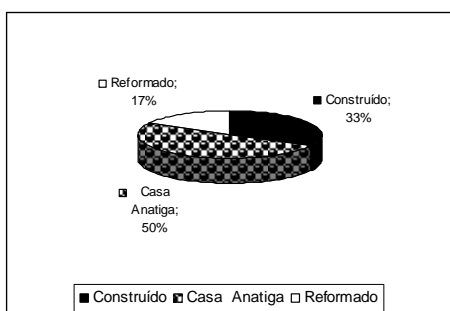
Em relação à circulação externa verificou-se que 83% das instituições possuem pavimentação de asfalto, enquanto, 17% são de terra e/ou pedregulhos. Já em relação à característica do solo, observou-se que 33% das instituições estão localizadas em regiões de solo inclinado, enquanto, 67% estão em regiões de solo plano. Em relação à circulação de carros e pessoas encontrou-se que 25% das instituições estão localizadas em regiões de grande circulação, enquanto, 67% estão localizadas em regiões com média circulação e 8% localizam-se em regiões de baixa circulação de carros e pessoas, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1-Circulação externa das instituições de profissionalização.

	Características do espaço	Percentual de instituições
Pavimentação	Asfalto	83%
	Terra	17%
Solo	Inclinado	33%
	Plano	67%
Circulação de carros e pessoas	Grande	25%
	Média	67%
	Baixa	8%

Em relação à estrutura física do ambiente, verificou-se que 50% das instituições de profissionalização do Município de Campinas atendem seus usuários em antigas residências, 33% dos espaços visitados foram construídos com a finalidade de desenvolver tais atividades, e 17% das instituições foram reformadas para atender as demandas dos cursos de profissionalização, conforme Gráfico 3.

Gráfico 3-Distribuição das instituições de profissionalização em relação à estrutura física do ambiente.



Não foram encontradas instituições cuja estrutura física mostrou-se completamente acessível para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Os resultados acima apontam para um número expressivo de instituições de profissionalização que atendem seus usuários em antigas residências. Nestas, observou-se a existência de barreiras arquitetônicas no interior das edificações, como por exemplo, a ausência de pisos regulares e antiderrapantes, rampas com inclinações cujo dimensionamento seja admissível segundo a ABNT/NR 9050 (2004), corredores com largura suficiente para passagem de cadeira de rodas, portas que tenham vão livre mínimo de 0,80 metros e altura mínima de 2,10 metros, calçadas rebaixadas junto às travessias de pedestres, etc.

Nas instituições construídas para desenvolvimento de atividades de profissionalização observou-se algumas barreiras relativas à: localização em ruas com grande declínio, calçadas não rebaixadas e com pedregulho e, ainda, presença de escadas, mesmo que em locais pouco previstos para circulação dos usuários. Já nas instituições reformadas verificou-se calçadas não rebaixadas, com pedregulhos e com falta de manutenção, no interior da edificação a existência de escadas e mobiliário dificultando a circulação.

Esses dados alertam para possíveis dificuldades de adaptação desses ambientes, para que se tornem acessíveis a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

## Discussão

Quanto à distribuição espacial das instituições de profissionalização no Município de Campinas, verificou-se que a maioria está em regiões mais desenvolvidas do município ou mais próximas do centro. Se considerarmos que o eixo Anhanguera-Bandeirantes divide o município em duas regiões com características de desenvolvimento bastante diversas, observa-se a grande desigualdade existente entre as regiões mais adensadas e mais pobres da cidade, que possuem apenas duas instituições.

Através dos dados colhidos verificou-se a existência de barreiras arquitetônicas urbanísticas e barreiras arquitetônicas na edificação, dificultando a inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em instituições de profissionalização no Município de Campinas, representando entraves na oferta de qualificação profissional para esta parcela da população.

O Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, referente à Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, estabelece que as instituições de educação profissional devem oferecer serviços de apoio especializado para atender as peculiaridades da pessoa com deficiência, através da eliminação de barreiras arquitetônicas, ambientais e de comunicação. Sendo assim, cabem as entidades da Administração Pública e Federal a responsabilidade de adotar providências para garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas e obstáculos, bem como evitar a construção de novas barreiras.

Apesar da legislação existente e do conjunto de normas disponíveis, observa-se que a maioria dos estabelecimentos não atendem as necessidades da acessibilidade de maneira eficaz. Esta situação sofre influência das condições geográficas (localização e topografia), tipo de edificação e principalmente dos recursos disponíveis das instituições para sua manutenção e adequação.

A Lei Federal nº. 10.098, prevê que a Administração Pública Federal destinará anualmente, dotação orçamentária para as adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios de uso público de sua propriedade e naqueles que estejam sob sua administração ou uso. No que se refere à Legislação do Município de Campinas, não foram encontradas leis que garantam o repasse de verba para a eliminação de barreiras arquitetônicas existentes nas instituições, representando entraves na eliminação de barreiras arquitetônicas e na acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida a estes espaços.

Pinheiro (1997) aponta para discussões político-ideológicas ao discorrer sobre as barreiras arquitetônicas. Para o autor, os espaços construídos não são neutros. Suas formas, dimensões, proposições, etc. refletem os valores sociais dominantes, contribuindo para segregar ou integrar pessoas.

Sendo assim, podemos afirmar que as barreiras arquitetônicas encontradas neste estudo, refletem a idéia de uma sociedade indiferenciada, homogênea, ainda com pouco espaço para o diferente e, por extensão para a mudança.

## Conclusão

Analisando os dados encontrados na literatura e na pesquisa de campo verifica-se que apesar da legislação existente e do conjunto de normas disponíveis, grande parte das instituições de profissionalização do Município de Campinas não atendem as necessidades de acessibilidade de maneira eficaz.

Notou-se avanços significativos no campo da legislação no que se refere à promoção da acessibilidade e eliminação de barreiras arquitetônicas. No entanto verificou-se dificuldades, por parte das instituições visitadas, em cumprir as exigências da legislação relativas a norma regulamentadora estabelecida pela ABNT.

Mesmo as instituições que atendem especificamente pessoas com deficiência apresentaram barreiras arquitetônicas urbanísticas e barreiras arquitetônicas na edificação. Conclui-se que os processos de exclusão podem ser iniciados a partir da ausência de acessibilidade, representando uma dificuldade, neste estudo, para qualificação profissional desta população.

## Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT/NR9050. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/CORDE/dpdh/corde/ABNT/NBR9050-31052004.pdf> - Acesso em: 29 de jul. 2007.

- BRASIL. Lei Nº. 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.entreamigos.com.br> – Acesso em: 23 de jul. 2007.

- BRASIL. Política Nacional para Integração da pessoa Portadora de Deficiência. Decreto nº. 3.298 de 20 de dezembro de 1999. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br> – Acesso em 16 set. 2005.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico 2000.

Características gerais da população. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>

- PASTORE, J. Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência. São Paulo: Ltr, 2000.

- PINHEIRO, H. L. Reflexões sobre a dimensão política das barreiras arquitetônicas, 1997. Disponível em <http://www.geocities.com/SoHo/Cafe/5052/relatazu1.html> - Acesso em 23 de jul. 2007.

- RIBAS, J.B. Pessoas com deficiência e emprego formal: As dificuldades que as empresas têm encontrado para contratar. São Paulo, 2004.

- SIMONELI, A. P; RODRIGUES, D. S; SOARES, L. B. T. Caracterização do perfil de trabalhadores afastados e de pessoas com deficiência no mercado de trabalho do Município de São Carlos. Disponível em: <http://www.cori.unicamp.br/jornadas/completos/UFSCAR> - Acesso em 22 de jan. 2007.

- TOLDRÁ, R. C; SÁ, M. J. C. N. Desafios da profissionalização de pessoas com deficiência no município de Campinas. In: *X Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional*. Goiânia, 2007.